
A Atuação Governamental e o Processo de Migração Interna: O Caso da Vila Rural da Paz – Rolândia (Pr)

Júlia Luciana Pereira das Dores*

Alice Yatiyo Asari**

RESUMO

Este trabalho buscou analisar o processo de migração interna no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, assim como verificar as ações do Governo, tendo como objeto de estudo a Vila Rural da Paz, situada no Distrito de São Martinho – Rolândia PR. Além disso, analisou-se a trajetória de vida dos moradores residentes na Vila, tendo como ponto fundamental os deslocamentos, a industrialização do campo, e o papel do Programa Vilas Rurais na fixação dos trabalhadores rurais no município de Rolândia e as suas estratégias para a implantação. Para isso, foram realizadas leituras e discussões associadas ao assunto, como também o trabalho de campo que consistiu nas entrevistas com os moradores da Vila Rural em que se verificou a sua história de vida. A análise dos resultados obtidos subsidiou as reflexões sobre as migrações internas, a modernização da agricultura, a ação do Estado e o Programa Vilas Rurais, a organização e a produção da Vila, além das perspectivas para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: migração interna; ação governamental; vilas rurais.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à população tem sido objeto de atenção do Estado brasileiro, as quais estão intimamente relacionadas à necessidade de suprir a mão-de-obra em diferentes áreas do seu território.

Segundo Vainer (2000, p. 15), é possível identificar grandes estratégias de mobilização e localização de populações, as quais caracterizam os diferentes períodos da história das políticas migratórias. Dentre elas, podemos destacar: (a) transição para o trabalho livre e a estratégia de transformação do escravo liberto em proletário moderno (1850-1888); (b) substituição do escravo por migrantes e a estratégia imigrantista-agrarista (1860-1940); (c) migrações internas e estratégia de gestão regional dos excedentes (décadas de 1950 a 1960); (d)

integração nacional e a estratégia de racionalização territorial dos fluxos migratórios (1964-1985) e (e) fragmentação territorial, violência e a estratégia da gestão social dos migrantes (etapa neo-liberal).

Estas cinco estratégias de mobilização e localização de populações, não podem ser compreendidas como sucessivas e excludentes, ao contrário, estas coexistiram, às vezes, harmoniosamente, ou de forma contraditória, evidenciando a complexidade do processo histórico, as diversidades de interesses de grupos econômicos dominantes e do Estado.

No tocante a quinta estratégia, fragmentação territorial, violência e a estratégia da gestão social dos migrantes, há que se notar que na década de 1980, emergem os conflitos fundiários, face o esgotamento das fronteiras agrícolas e os movimentos

* Aluna-bolsista de IC-PIBIC-CNPq, Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina – Pr.

** Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina –Pr.
e-mail: yasari@ldapalm.com.br

organizados de luta pela terra começam a se articular. Neste momento, o conceito de população como recurso é substituído pelo conceito de população como ônus ou custo. Um indicativo desta nova postura é a transferência das migrações internas da esfera do Ministério do Interior para o Ministério da Ação Social, no início do governo Collor. Ao mesmo tempo, verifica-se que há uma fragmentação das ações, sinalizando a abdicação, por parte do Estado central, no estabelecimento de estratégias e políticas territoriais em escala nacional. Assim, por exemplo, as cidades formularam e aplicaram políticas de segregação e fechamento do território urbano a migrantes, que, numa visão simplista pode ser considerada autogestão territorial. Mas, não seria um controle à livre circulação de pessoas, fechando os espaços? E, no Estado do Paraná, quais teriam sido as ações, no contexto desta fragmentação de competências e atribuições?

Buscando responder a tais indagações é que se realizou uma pesquisa empírica sobre um programa do governo paranaense que objetiva possibilitar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, melhoria esta entendida como o acesso a casa, infra-estrutura básica, serviços sociais essenciais e o retorno ao "modo de vida rural", com um lote de 5000 m² em Vilas Rurais próximas a Distritos Administrativos (que contam com pequenos núcleos urbanos), que dariam o suporte necessário à sua consolidação.

No entanto, há que se fazer uma breve consideração sobre os fatos que marcaram o território brasileiro, tanto os ligados à economia predominante, quanto os relacionados aos movimentos de população, os quais estiveram estreitamente vinculados às necessidades de mão-de-obra. Estas reflexões encontram-se no item a seguir.

A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver um estudo centrado na análise do processo de migração interna e da ação do governo do Paraná, na Vila Rural da Paz, localizada em São Martinho – Rolândia – PR.

Dentre os objetivos específicos destacaram-se: a investigação da trajetória de vida das famílias contempladas pelo Programa Vilas Rurais, a fim de compreender os fatores que levaram aos deslocamentos e estes às transformações ocorridas no campo, inter-relacionados aos aspectos econômicos, políticos, sociais. Além disso, buscou-se entender a profundidade do processo de modernização da agricultura, a qual foi responsável pela liberação de mão-de-obra que se dirigiu para as fronteiras agrícolas ou centros urbanos. Ainda, objetivou analisar o processo de migração interna no Brasil com ênfase para o Estado do Paraná.

Quanto à metodologia de investigação utilizada para a realização deste trabalho, fez-se o levantamento bibliográfico, o fichamento e reflexões a partir de publicações associadas aos temas em análise.

A pesquisa incluiu ainda trabalhos de campo, aplicação de questionário, junto aos moradores da Vila Rural Da Paz, como também entrevistas com representantes de órgãos públicos que tivessem ligação com a problemática em análise. Em seguida, elaborou-se tabelas, gráficos, cartas temáticas a partir dos dados coletados em campo e realizou-se a descrição e análise dos mesmos.

Na metodologia de análise refletiu-se sobre o referencial teórico, discutindo obras pertinentes à modernização da agricultura, reforma agrária, ação do Estado e migrações internas. Neste item, foram feitas algumas reflexões acerca das transformações de que foi palco a economia e o território brasileiro, tendo em vista as estratégias do Estado e os deslocamentos espaciais realizados pela população, em função da necessidade de mão-de-obra para a produção, processamento e distribuição de produtos a serem consumidos no país ou no exterior.

BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A economia brasileira até final da década de 1920, era baseada na agricultura. A partir da crise econômica de 1930, o Brasil passou

a ter sua economia voltada para o setor industrial, na qual a agricultura deixou de ser o setor dominante, dando lugar às indústrias e aos serviços, especificamente urbanos.

No desenvolvimento da agricultura brasileira, há que se destacar que no início da industrialização, fortaleceu-se e consolidou-se vários centros urbanos, provocando também transformações na produção agrícola do país, que passou a produzir não apenas produtos alimentícios, mas também matérias-primas para atender as indústrias.

Segundo Graziano da Silva (1996, p. 30),

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. (...). O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura entrava assim numa outra etapa.

Observe-se que as transformações ocorridas na agricultura trouxeram não apenas novos ramos industriais inseridos no setor agrícola e fornecimento de matérias-primas para as mesmas, mas também mudanças qualitativas na forma de produzir, ou seja, a especialização da produção. A agricultura reduz a produção realizada de forma diversificada (uma só propriedade cultivando diversos produtos), e passa a adquirir a forma de monocultura (cultivar um tipo de produto). Com isso, verifica-se que a própria agricultura passa a se industrializar, seja como compradora de produtos industriais (insumos agrícolas e meios de produção), seja como produtora de matéria-prima para as atividades industriais.

Nota-se que a industrialização da agricultura provoca um intenso inter-relacionamento entre a agricultura e a indústria, ocorrendo a efetivação do modo de produzir industrial no campo. Este processo tem eliminado a separação entre cidade e campo. Para Oliveira (1998, p. 477),

cidade e campo vão-se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas e particularmente pela reforma agrária.

Como já foi dito, a partir das décadas de 1960/70, ocorreu no setor agrícola uma aceleração do processo de modernização, com a substituição dos trabalhadores rurais por maquinários, tendo em vista o aumento da rentabilidade deste setor. Com relação, especificamente, ao Estado do Paraná pode-se destacar que no início da década de 1970, com a decadência (mas não sua extinção) do cultivo do café, nas regiões Norte e Oeste do Estado, que em décadas anteriores atraía muitos migrantes, inicia-se um processo de expulsão destes para outras regiões e cidades. Com isso, o Estado foi obrigado a desenvolver um processo de diversificação agrícola e a incentivar a instalação de agroindústrias em diversos pontos do Paraná.

Verifica-se que, houve também a ascensão das culturas de trigo e de soja, transformando-se nos principais produtores no Paraná, passando a obter maior quantidade de financiamentos dos bancos oficiais. Note-se que a maior parte das terras ocupadas pela cafeicultura cederam espaço para as culturas de grãos, pastagens, cana de açúcar, dentre outras.

Um dos elementos para entender a expulsão de milhares de trabalhadores da zona rural neste período está na evolução do número de tratores e colheitadeiras: segundo o IBGE, em 1960 existiam 5.181 tratores e 986 colheitadeiras; já em 1980, eram 79.377 tratores e quase 15.000 colheitadeiras. Recentemente, numa parceria do governo do Estado e da iniciativa privada, há a retomada

da cafeicultura na região Norte do Estado com o uso de novas tecnologias de plantio e de sementes selecionadas, além da nova forma de plantio – o café adensado.

Constata-se, portanto, que com as transformações econômicas ocorridas a partir da década de 1970, na agricultura paranaense, alterou-se a distribuição da população do Estado, ou seja, ocorreu uma “evasão” populacional bastante elevada. Consequentemente, esta população expropriada, não encontrando emprego e nem terra para plantar, deslocou-se para outros locais (outros Estados e centros urbanos). Ressalte-se que, segundo Martine (1991), cerca de 30 milhões de pessoas abandonaram o campo brasileiro, no período compreendido entre 1960 e 1980, parte dos quais devem ter engrassado a população sem especialização em trabalhos urbanos que se dirigiu para os centros urbanos. Segundo Fleischfresser (1988), na década de 1970, um milhão de pessoas foram “expulsas” da zona rural paranaense, face a erradicação dos cafezais, a ocorrência de fortes geadas, a substituição de culturas (café pela soja, trigo e pastagens), a concentração fundiária, fatos estes que se inserem no conjunto da modernização conservadora da agricultura.

A partir deste contexto pode-se destacar algumas características do processo migratório ocorrido no Brasil, e particularmente no Paraná, decorrentes da intensificação da industrialização e modernização da agricultura. Para isso, é necessário fazer um histórico das migrações internas no Brasil, destacando sua evolução e os “ciclos” econômicos que tiveram grande importância na intensificação dos deslocamentos populacionais, a procura das regiões de fronteiras agrícolas ou centros urbanos de médio e grande porte.

Entende-se, segundo Valim (1996), fronteira agrícola como sendo as áreas novas ainda não desbravadas, cuja ocupação é estimulada pelo governo através de projetos de colonização, oficiais ou particulares. Considera ainda, que o primeiro momento de deslocamento para fronteira agrícola no

Brasil, ocorreu na década de 1930, com a expansão da economia cafeeira para o Estado do Paraná, através das ações desenvolvidas por empresas colonizadoras. Portanto, tem-se que no período de 1940 a 1960, o Paraná foi considerado a principal fronteira agrícola do país, recebendo grande contingente populacional.

Para Fausto (2000, p. 533),

A história do afluxo de migrante e da colonização do Paraná não se situa propriamente nos limites cronológicos dos anos 1950-1980, mas tem sua matriz nos anos 20. Por essa época, uma empresa inglesa – a Companhia de Terras do Norte do Paraná – comprou terras do Estado e começou a vendê-las em lotes a pequenos agricultores. Mais de 80% das áreas vendidas pela companhia tinham quarenta hectares ou menos, um claro indicador do estabelecimento de pequenos proprietários. Muitos deles vieram de regiões saturadas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. (...) A enorme expansão rural do Paraná teve assim uma história originária diversa de São Paulo. Ela se baseou na migração interna, na pequena propriedade e nos incentivos proporcionados por uma empresa privada e não pelo Estado.

Considera-se, portanto, que a influência do Estado no processo migratório brasileiro está associado a evolução histórica do país, como se vê com as intervenções governamentais nos movimentos migratórios, a seguir explanadas.

Inicialmente, tem-se os deslocamentos entre os povos indígenas que buscavam novos territórios e alimentos para sobrevivência. Mas, com a chegada dos migrantes colonizadores, os índios migraram para fugir da violência causada pelos “brancos”. O segundo contingente refere-se aos negros, trazidos da África, pelos colonizadores, para trabalharem como escravos. Estes chegaram ao Brasil por volta dos séculos XVII e XVIII, e acompanharam a trajetória das principais atividades econômicas: cana-de-açúcar, ouro e café. Um terceiro fluxo migratório surge com a proibição do tráfico negro

em 1850, e, com a abolição da escravatura em 1888; foram os imigrantes europeus, que se dirigiam principalmente para as fazendas de café. Percebe-se que estes imigrantes migraram por motivos sócio-econômicos e políticos, diante do processo de industrialização ocorrido em vários países europeus. Seriam pessoas expropriadas, que buscaram no Brasil, uma forma de fuga das pressões européias e uma maneira de sobrevivência. Ainda, hoje, ocorre este tipo de deslocamento e com maior frequência nas cidades médias e grandes brasileiras, mas com diferentes situações econômicas e políticas, e até mesmo sociais e culturais. Para entender isto, Valim (1996, p. 9), destaca que:

migrando atrás de novas terras, de safras agrícolas ou rumo às cidades, os migrantes são resultados do processo político e econômico do país, arrastados pelas promessas oficiais de sucessivos governos, incentivados pelo sonho de uma vida melhor ou movidos pela necessidade de sobreviver.

Outro ponto relevante, referente a atuação do Estado, foram os incentivos e uma política agrícola, favorecendo a agricultura de exportação, expulsando o trabalhador do campo, que por este motivo dirige-se para as cidades em busca de melhores condições de vida (habitação, emprego, alimentação, enfim, de sobrevivência).

Destaca Valim (1996) que o governo adotou um modelo de modernização conservadora, visando aumentar a produção agrícola para a exportação, direcionando os subsídios e créditos aos grandes proprietários. Isso contribuiu também para a concentração da propriedade e do uso da terra, que juntamente com a modernização da agricultura favoreceu a explosão do êxodo rural, que se constitui no deslocamento da população rural para o meio urbano, ou a liberação de mão-de-obra de atividades agrícolas para as atividades urbanas.

Observa-se que a análise das migrações internas no Brasil abrange o estudo das principais características da população mi-

grante, as circunstâncias do deslocamento, a sociedade e a cultura na qual será inserida. Para isso é importante destacar os principais objetivos do Programa Nacional de apoio às Migrações Internas, que buscava criar estímulos para melhorar o nível de renda da camada populacional de baixa renda, a partir do aumento das oportunidades sócio-econômicas em áreas diferenciadas.(BRASIL, 1980)

As diretrizes de orientação na ação governamental no âmbito das migrações, constantes no Programa se referem a: influenciar as decisões inerentes a alocação de investimentos públicos e privados sobre a área, buscando reorientar a distribuição de atividades econômicas e promover melhor distribuição espacial da população; promover medidas de criação de empregos, favorecendo atividades econômicas de absorção intensiva de mão-de-obra; reduzir os custos sociais ocasionados pelas migrações à população migrante de baixa renda; elaborar e manter atualizada uma estratégia de distribuição espacial da população, a partir de alternativas de ocupação do território e de remanejamento da população; promover e fixar mão-de-obra em áreas agrícolas; viabilizar a fixação do pequeno produtor rural.

Estas últimas estratégias assemelham-se às ações empreendidas pelo Estado paranaense no que se refere à distribuição espacial da população de baixa renda, constituída de pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais, remanejando-a para a área rural (mas próxima a núcleos urbanos), como será relatado no próximo item.

PROGRAMA VILAS RURAIS. O EXEMPLO DA VILA RURAL DA PAZ. SÃO MARTINHO – ROLÂNDIA

No ano de 1995, o governo do Estado do Paraná, objetivando fixar o trabalhador rural no campo e possibilitar-lhe melhores condições de vida, criou e implantou o Programa Vilas Rurais.

Participam deste programa, na execução das diferentes etapas de implantação das

Vilas Rurais e de assessoria às famílias, doze instituições governamentais, juntamente com as prefeituras municipais. São elas: SEAB (Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento); EMATER/PR (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural); COHAPAR (Companhia Paranaense de Habitação); CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná); SANE-PAR (Companhia de Saneamento do Paraná); COPEL (Companhia Paranaense de Energia); SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família); SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho); SEED (Secretaria de Estado da Educação); SESA (Secretaria de Estado da Saúde); SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental); IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

O programa Vilas Rurais propicia ao trabalhador rural volante o acesso a um lote mínimo de 5000m² e uma casa de alvenaria com 44,56m², com infra-estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário, onde o proprietário manteria uma produção de subsistência, podendo vender o excedente para aumentar a renda familiar. As unidades são financiadas em média por 25 anos, tendo 30 meses de carência. Neste período, os moradores pagam mensalidades simbólicas e após este período as prestações tem o valor de 20% do salário mínimo.

As Vilas Rurais devem-se localizar próximas a Distritos ou estradas de acesso fácil, buscando facilitar o deslocamento à escola, aos hospitais, e ao consumo de bens e serviços. Atualmente, em todo o Estado do Paraná, existem 354 Vilas Rurais concluídas e 44 em obras totalizando 13.626 famílias beneficiadas e 1.810 a serem contempladas:

Quadro 1

VILAS RURAIS			
Programa	Concluídas	Em obras	Total
Vilas Rurais	354	44	398
Famílias beneficiadas	13.626	1.810	15.436

Fonte: www.pr.gov.br/vilasrurais atualizado em 05/06/2001 e captura do em 10/06/2001
Org: Júlia Luciana Pereira dos D'ores

Os beneficiados pelo Programa Vilas Rurais são os trabalhadores rurais volantes e suas famílias, e, para sua instalação na Vila, o trabalhador deve preencher os seguintes requisitos: ser trabalhador rural volante (bóia-fria), ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há dois anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação e ter família constituída, com filhos.

A pesquisa empírica foi realizada na Vila Rural Da Paz, localizada no município de Rolândia, particularmente, no Distrito de São Martinho.

Segundo Villanueva (1974) e a publicação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), o município de Rolândia fez parte da área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que promoveu o parcelamento de 500 mil alqueires, em pequenas propriedades que tinham seus pontos de apoio em cidades de pequeno e médio porte. É o caso de Rolândia que foi fundada por imigrantes alemães por volta de 1932, e após a escolha do local foi denominada de Gleba Roland. Mas, sua ocupação desenvolveu-se a partir de 1933, marcada pelo afluxo de famílias que vieram ocupar os lotes agrícolas. Suas primeiras plantações eram de subsistência, como cultivo de milho, arroz, mandioca, batata e outros, e posteriormente o plantio de café.

Do ponto de vista dos limites geográficos e topográficos, partindo de Leste para Oeste, como ocorreu na ocupação do Norte do Paraná, suas divisas eram orientadas pelo divisor d'água denominado de espigão velho, com lotes agrícolas voltados todos para a vertente norte, sendo a oeste voltado para o grande chapadão, onde se instalou no futuro a planta urbana de Rolândia. Dirigindo-se até as nascentes do córrego Arapongas, indo novamente pelo espigão em que ocorriam picadas do norte em direção ao sul, está localizada a atual estrada que dá acesso a São Martinho¹. Topograficamente, o terreno é ondulado apresentando espigões que acompanham a direção Sul-Norte, a partir do grande espigão que se dirige no sentido Leste-Oeste.

Pelo Decreto estadual n.º 6589 de 14 de março de 1938, foi elevada à categoria de Distrito Judiciário, pertencente ao município de Londrina. Em 30 de dezembro de 1943, de acordo com a Lei Estadual n.º 199, foi elevada à categoria de município, porém com a denominação de Caviúna. A instalação do município se deu em 1 de janeiro de 1944, com a posse do primeiro prefeito municipal Sr. Ary Correia Lima. Pela Lei estadual n.º 2 de 10 de outubro de 1947, passou a se chamar Rolândia. Hoje faz limite com o município de Cambé, Pitangueiras, Arapongas, Jaguapitã, Astorga e Sabáudia.

O município de Rolândia está situado na região norte do Estado do Paraná, numa localização geográfica de 23° 19'00" latitude Sul e 51° 22'00" de longitude Oeste do Meridiano de Greenwich, apresentando um altitude de 730 metros e uma área de 47 Km².

Predomina o clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e tendência a concentração de chuvas e invernos com geadas pouco freqüentes e sem estação seca definida. A temperatura média anual é de 20,8°C, média da mínima de 14,8°C e média da máxima de 27,2°C. Seu sistema hidrográfico apresenta 28 afluentes do rio Pirapó, 32 desembocando no rio Bandeirantes do Norte, em direção sul. Possui também como principais ribeirões: do Ema e Vermelho. O solo é constituído de terra roxa, mista e

massapé, propiciando a plantação de café, e outras culturas. Atualmente, Rolândia possui uma população total de 49.404 habitantes, sendo distribuídos em 44.641 na zona urbana e 4.763 na zona rural.

RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

A Vila Rural Da Paz, localiza-se em uma área levemente ondulada a mil metros do Distrito de São Martinho e é constituída por 34 unidades habitacionais, sendo uma delas área institucional (Centro Comunitário). Sua área é de 290.400 m², possuindo uma área de 36.512m² de Reserva técnica (12,57%) e 59.402 m² de área verde (20,46%). O centro comunitário da Vila Rural é utilizado para a realização de reuniões, festas e outras atividades relacionadas a vila, como cursos de culinária (doces caseiros, por exemplo) e palestras sobre o melhor aproveitamento de recursos do local. Neste centro localiza-se o único telefone público da vila. Percebe-se também a ausência de posto de saúde, escola e ônibus no local, serviços supridos pelo Distrito de São Martinho.

A Vila Rural, implantada em 1997, apresenta bom estado de conservação das moradias e dos lotes, existindo uma preocupação dos moradores na manutenção de suas propriedades e da própria vila, através de cuidados com a aparência, contando com jardins bastante floridos, plantações bem cuidadas, limpeza dos lotes e das casas.

A coleta de lixo ocorre semanalmente, todas as quartas feiras, e a água que abastece as unidades da vila é proveniente de poço artesiano; os moradores pagam somente a energia elétrica. Em muitas destas propriedades verifica-se a existência de "arcos" indicando o nome da mesma e a presença de antenas parabólicas e carros.

Quanto à história de vida dos moradores da Vila Rural da Paz, foram entrevistadas 19 famílias, com ênfase para a idade, local de nascimento, deslocamento dos entrevistados, grau de escolaridade, equipamentos que possui em casa.



Foto 1 – Destaque para o Centro Comunitário da Vila Rural da Paz. Nota-se a presença de um telefone público para atendimento da Vila.



Foto 2 – Uma das unidades da Vila Rural da Paz, mostrando a boa conservação da propriedade, como a presença de jardim e árvores frutíferas e antena parabólica.

Com relação aos deslocamentos realizados pelos entrevistados observou-se que a maioria é de origem paranaense, com predominância da região de Rolândia e Norte do Paraná. Constatou-se também que alguns moradores são originários do Estado de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Alagoas. Os motivos dos deslocamentos referiram-se a busca de melhores condições de vida, da casa própria, por motivos familiares e busca de trabalho.

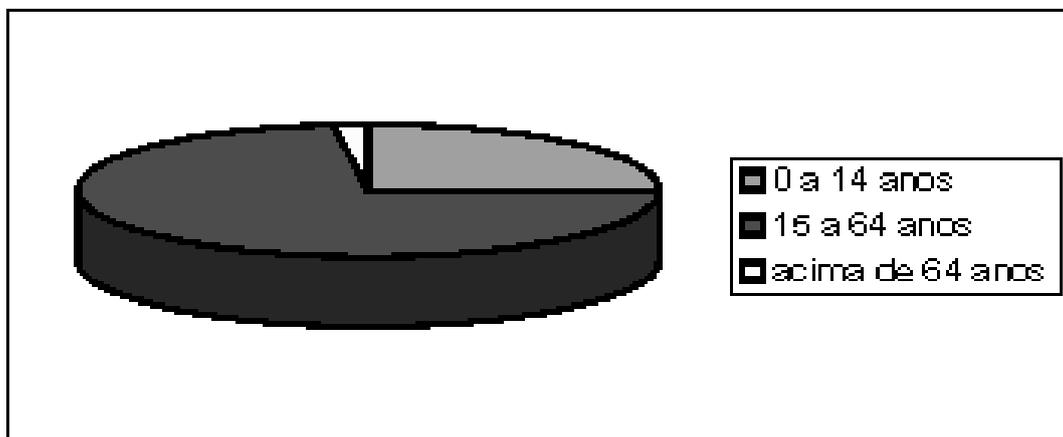
Dentre os deslocamentos destacam-se os realizados por dois entrevistados. A primeira entrevistada, a senhora ACA, de 69

anos, nasceu em Caculé (BA), onde morava na zona rural, e trabalhava no sítio com o pai. Saiu desse local em 1950, devido a seca ocorrida na região e por perder toda a plantação, mudou-se para Martinópolis (SP), para trabalhar como arrendatária em plantação de algodão. Neste mesmo ano mudou-se para a Vila Escócia, nesta mesma cidade, continuando a trabalhar na plantação de algodão. Em 1956, saiu de Martinópolis, para trabalhar em São Martinho na zona urbana. Saiu deste Distrito em 1997, para ingressar na Vila Rural Da Paz, com a ilusão de que o café a enriqueceria.

O segundo entrevistado, o senhor DGF, de 57 anos, nasceu em Salinas (MG), onde estudava e morava na zona rural; em 1957, saiu desta cidade dirigindo-se para Ibiporã (PR), em busca de melhores condições de vida. Neste local residiu em zona rural, trabalhando como lavrador. Em 1958, mudou-se para as proximidades de Rolândia (PR), continuando a trabalhar como lavrador e morando em zona rural. Em 1997, destinou-se para a Vila Rural Da Paz em busca de terra, da “propriedade própria”.

Observa-se, a partir destes dois exemplos, que os deslocamentos de pessoas visam as melhores condições de vida, ou seja, melhores trabalhos, casa própria e um pedaço de terra para sobreviver.

Quanto à faixa etária, 17% estão entre a faixa etária de 15 a 19 anos, 13% entre 20 a 24 anos e 41% entre 25 e 60 anos, mostrando um significativo número de pessoas na faixa etária apta para o mercado de trabalho. (Figura 1)



Fonte: Pesquisa “In loco” – 04/05/2001 – Vila Rural da Paz
Org. : Júlia Luciana Pereira das Dores

Figura 1 – Idade dos moradores da Vila Rural da Paz.

Com relação ao local de nascimento verificou-se que 75,6% dos moradores são de origem paranaense, seguido de 7,5% de São Paulo, 2,1% da Bahia, 2,1% do Rio de Janeiro, Minas Gerais e 1,0% de Alagoas, sendo que 8,5% dos moradores não souberam responder. Estas informações se completam com os dados relativos a idade dos morado-

res, visto que cerca de 75% estão na faixa etária até 40 anos, e estes coincidem com os nascidos no Paraná (Tabela 1). Estes dados também indicam que a população residente nas Vilas Rurais é constituída de jovens; há que se observar que um dos critérios para a seleção dos “vileiros” leva em conta a idade inferior a 55 anos.

Tabela 1 – Local de nascimento dos moradores.

Tabela	%	N.º
A) Estado do Paraná	75,6	71
Apucarana		
Arapongas		
Jarsi		
Jatobá		
Caribé		
Colombo		
Aguaí		
Assaí		
Londrina		
Lupatins		
Polandina		
Subtotal	75,6	71
B) Estado de São Paulo	7,5	7
Cajuru		
Narandiba		
Ribeirão Bonito		
São Paulo		
Subtotal	7,5	7
C) Estado da Bahia	2,1	2
Caulé		
Vitória da Conquista		
Subtotal	2,1	2
D) Estado do Rio de Janeiro	2,1	2
Caribé		
Paulista		
Subtotal	2,1	2
E) Estado de Minas Gerais	3,2	3
Alfenas		
Salinas		
Subtotal	3,2	3
F) Estado de Alagoas	1,0	1
Palmeira dos Índios		
Subtotal	1,0	1
Não responderam	8,5	8
Subtotal	8,5	8
Total	100	94

Fonte: Pesquisa 'In loco' – 04/05/2001 Vila Rural Da Paz
Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores

Um fato a destacar refere-se à disparidade do grau de escolaridade da população residente na Vila Rural da Paz. Analisando a Tabela 2, verifica-se que 4,2% são analfabetos, ou seja, sem estudo nenhum ou sabendo apenas escrever o seu nome. 45,0% da população chegou até ou está cursando entre 1ª e a 4ª séries do ensino fundamental;

26,5% entre 5ª e 8ª séries de ensino fundamental; apenas 7,4% entre 1ª e 3ª séries do ensino médio e somente 3,2% apresentam ensino fundamental e médio completo. Conclui-se, portanto, que a escolaridade, embora em nível inferior, está sendo usufruída pela população mais carente, neste caso da Vila Rural.

Tabela 2 – Grau de escolaridade.

Situação	%	N.º
Abaixo da idade escolar	5,3	5
Analfabeto	4,2	4
Pré-escola	1,0	1
1ª a 4ª série(ensino fundamental)	45,0	42
5ª a 8ª série(ensino fundamental)	26,4	25
1ª a 3ª série(médio)	7,4	7
Ensino fundamental e médio completos	3,2	3
Não responderam	7,4	7
Total	100	94

Fonte: Pesquisa 'In loco' – 04/05/2001 Vila Rural Da Paz
Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores

Embora apresentem dificuldades sócio-econômicas, os moradores da Vila Rural Da Paz, possuem em suas residências os seguintes

equipamentos(Tabela 3):84,2%dos moradores possuem televisão e bicicleta; todos contam com geladeira e fogão; 36,8% tem carro.

Tabela 3 – Equipamentos que possui.

Equipamentos	%	N.º
Geladeira	100,0	19
Fogão	100,0	19
Televisão	84,2	16
Bicideta	84,2	16
Som	73,0	14
Carro	36,8	6
Carroça	5,2	1
Outros	26,3	5

Fonte: Pesquisa 'in loco' – 04/05/2001 Vila Rural Da Paz
Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores
Base de cálculo: 19 famílias

A produção nos lotes da Vila Rural também é considerada bastante diversificada, mas, a produção de café e de milho são as que mais se destacam. Como podemos verificar na Tabela 4, 84,2% dos vileiros cultivam café e 78,9%, milho.

Observa-se na Tabela 5, que a maior parte da produção é para consumo próprio, o equivalente a 47,3% da produção, sendo apenas 36,8% para comercialização.

Dentre as principais causas que levaram as famílias a ingressar no Programa Vilas Rurais, tem-se a busca de casa própria e de um pedaço de terra para plantar. Como se pode

verificar na Tabela 6, 68,4% dos moradores ingressaram no Programa para conseguir a casa própria e 31,5%, terra para plantar.

No contexto da atuação do Estado verificou-se que os incentivos propiciados pelo governo, ocorreram apenas no início da implantação da Vila Rural. Segundo os moradores entrevistados tem-se que 15,7% disseram que o governo ajudou na distribuição de sementes e material para a construção do galinheiro; 10,5% teria sido o material para fazer a horta, e 5,2% de outros incentivos.

Tabela 4 – Produtos cultivados no lote.

Produtos	%	N.º
(A) Prod. Lav. permanente e temporária		
Café	84,2	16
Milho	78,9	15
Feijão	47,3	09
Amendoim	10,5	02
Arroz	10,5	02
Mamona	5,2	01
(B) Frutíferas		
Banana	26,3	05
Laranja	10,5	02
Limão	10,5	02
Goiaba	10,5	02
A bacaxi	5,2	01
A bacate	5,2	01
Carambola	5,2	01
Jabuticaba	5,2	01
Ponkan	5,2	01
Mamão	5,2	01
Limão	5,2	01
Manga	5,2	01
Acerola	5,2	01
(C) Prod. Horta		
Mandioca	47,3	09
Batata	15,7	03
A bóbora	10,5	02
Alho	10,5	02
Chuchu	5,2	01
Pepino	5,2	01
Verduras diversas	15,7	03

Fonte Pesquisa 'in loco' - 2001 – Vila Rural Da Paz

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 19 propriedades

Tabela 5 – Destino da produção*

Destino	%	N.º
Consumo próprio	47,3	9
Comercialização	36,8	7
Cooperativa	10,5	2
Máquina – São Marinho	15,7	3
Café – Rolândia	5,2	1
Restaurante Holandes	5,2	1
Cidade	5,2	1
Feira da Vila Rural	5,2	1
Não comercializam (início do plantio)	5,2	1

Fonte Pesquisa 'in loco' - 04/05/2001 Vila Rural Da Paz

Org.: Júlia Luciana Pereira das Dores

Base de cálculo: 19 produtores/* Respostas múltiplas

Tabela 6 – Motivos para o ingresso no Programa Vila Rural *

Motivos	%	N*
Ter um pedaço de terra	31,5	6
Ter casa própria	68,4	13
Ficar próximo à cidade	5,2	1
Vencimento de contrato	5,2	1
Receber recompensa do que gastou	5,2	1
Não ter patrão	5,2	1
Melhoria de vida	15,7	3
Cansado de trabalhar no sítio	5,2	1

Fonte: Pesquisa "in loco" – 04/05/2001 Vila Rural Da Paz

Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores

Base de cálculo: 19 famílias/* Respostas múltiplas

Tabela 7 – Incentivos propiciados pelo Governo.*

Incentivos	%	N*
Sementes	15,7	3
Material para fazer o galinheiro	15,7	3
Material para fazer a horta	10,5	2
Explicação técnica	5,2	1
Verba para construção do paiol	5,2	1
Material para fazer a casa	5,2	1
Esterco	5,2	1
Calcarão	5,2	1
Madeira	5,2	1
Cimento e tijolo	5,2	1
Casa própria	5,2	1
Dinheiro para curso	5,2	1
Falta de incentivos para criação de animais	5,2	1
Falta de cooperativa	5,2	1
Não sabe	5,2	1
Não teve	15,7	3

Fonte: Pesquisa "in loco" – 04/05/2001 Vila Rural Da Paz

Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores

Base de cálculo: 19 famílias/* Respostas múltiplas

Para finalizar as análises referentes à situação atual dos moradores da Vila Rural Da Paz, tem-se que a maioria dos moradores está satisfeita com o Programa e 5,2% afirmaram que esperavam mais do Governo, ou seja, mais ajuda no fornecimento de insumos agrícolas, assistência técnica, como podemos verificar na Tabela 8.

Um ponto interessante referente ao futuro da Vila Rural da Paz, é a declaração de alguns dos moradores da referida Vila, pois, muitos deles acreditam que "vai dar certo" e estão contentes por ali residirem. O quadro 2, apresenta as falas dos entrevistados em relação ao futuro da Vila.

Tabela 8 – Grau de satisfação.

Satisfação	%	N.º
Sim	68,0	12
Muito satisfeito	10,5	2
Bom	10,5	2
Contente	5,2	1
Esperava mais	5,2	1
Precisava de uma cooperativa	5,2	1

Fonte: Pesquisa 'In loco' – 04/05/2001 Vila Rural D'a Paz
 Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores
 Base de cálculo: 19 famílias

Quadro 2

FUTURO DA VILA RURAL D'A PAZ
'se continuar vai muito bem, se acabar a ajuda melhor ainda'
'cada vez melhor. Que continue sempre assim'
'deve continuar'
'vai virar cidade, da está aumentando'
A Vila Rural tem um bom futuro 'quem pagou o que aqui está tranquilo'
'tem futuro. Basta cuidar e cuidar a terra'
A Vila Rural tem futuro: 'basta que as pessoas se unam, trabalhar e o dedo no lote'
'o governo é que manda, ficará como Vila Rural (...) e não será cidade'
'vai continuar como Vila Rural (isto é bom)'
'acho que pode virar/se transformar em bairro de São Martinho: acho que não tem futuro, não passa disso, porque a área é pequena demais para ter futuro, deveria ter uma área em que as pessoas só dependessem da'
'vai ser bem melhor'
'tem futuro, basta que as pessoas se unam mais'
'vai dar certo. Tem muita gente que está muito bem (...). Espero que melhore'
'acho que vai melhorar'
'não sabe. É muito difícil analisar a posição dos outros'

Fonte: Pesquisa 'In loco' – 04/05/2001 Vila Rural D'a Paz
 Org.: Júlia Ludiana Pereira das Dores

Verificou-se, a partir da análise das declarações dos moradores, que quase todos consideram que a Vila Rural da Paz tem futuro, e que o Programa Vilas Rurais deve continuar. Alguns acham que a Vila Rural pode até vir fazer parte de uma cidade, ou até mesmo "virar" um bairro de São Martinho, mas como se trata de um Programa do Governo, ficará apenas como Vila Rural, mas se a situação for mantida, consideram que deverá haver mais união entre os moradores, e que os vileiros se dedicarão e cuidarão adequadamente da terra.

Nota-se que os próprios "vileiros" percebem a situação de transição em que se encontram, entre o rural e o urbano, que tem tido alguns desdobramentos com as barreiras legais apresentadas recentemente (agosto/2001), já que, para se conseguir o documento de propriedade da terra do INCRA, os lotes devem ter uma área mínima que varia de 20 a 30 mil metros quadrados. A outra questão que ainda não foi vislumbrada pelos moradores é que, se a Vila Rural vier a fazer parte do conjunto urbano, o imposto a

ser pago será o IPTU –Imposto Predial e Territorial Urbano, com valores mais elevados, inviabilizando a permanência no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, com a modernização da agricultura e intensificação do processo industrial a partir da década de 1970 no Brasil, tivemos a expropriação de milhares de pessoas que trabalhavam no meio rural e que com a introdução de novas técnicas de produção foram obrigadas a se deslocar para outras cidades, Estados e regiões, ocorrendo portanto, um grande fluxo de mão-de-obra, principalmente, para as regiões de fronteira agrícola e para as cidades médias e grandes. Ao chegarem às cidades, estas não estavam preparadas para atender a demanda dessa população, ocorrendo assim, a marginalização destes trabalhadores, que, sem trabalho vivem em condições precárias de moradia, com alimentação irregular e condições subumanas e de subemprego.

Dessa forma, foi criado no Estado do Paraná, o Programa Vilas Rurais, com objetivo de dar melhores condições de vida a esses trabalhadores rurais que foram expulsos de suas propriedades. Para analisar este fato, estudou-se a Vila Rural da Paz, localizada no Distrito de São Martinho – Rolândia- Pr. Nesta verificou-se que muitos de seus moradores buscavam melhores condições de vida, como ter sua casa própria e sua terra para plantar, e que sua vida melhorou depois da mudança para a Vila Rural. Existem também suas exceções, ou seja, pessoas que não estão contentes em morar neste local, mas que também não se esforçam para melhorá-lo.

Além disso, constatou-se na trajetória de vida dos moradores contemplados pelo Programa Vila Rural, que a maioria dos entrevistados realizou seus deslocamentos na própria região estudada, tendo como principais causas, a busca por melhores condições de vida.

Para finalizar, verificou-se que muitos estão satisfeitos com a atuação do Governo do Estado do Paraná devido a implantação do Programa Vila Rural, sendo este considerado por algumas pessoas entrevistadas como sendo uma forma de reforma agrária. Outros porém, consideram que a área é relativamente pequena e que não há condições para sobreviver apenas de sua produção, tendo portanto, que buscar outros meios para aumentar a renda familiar, sendo difícil arranjar emprego, pois, estes trabalhadores não possuem um grau de capacitação exigido pelo mercado.

NOTAS

¹ Distrito de Rolândia, criado pela Lei n.º 790 de 14.11.1951

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Geral. Secretaria de Planejamento. Programa Nacional de apoio às migrações internas. Brasília, 1980
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo, 1975
- FAUSTO, Boris. Principais mudanças ocorridas no Brasil entre 1950 e 1980. In: HISTÓRIA do Brasil. São Paulo: Edusp, 2000
- FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Liv.Chain:Concitec:lpardes, 1988
- GRAZIANO DA SILVA, J. O que é Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1996
- IBGE. Censos Agropecuários. 1960 – 1980. Rio de Janeiro.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Revista Lua Nova, n. 23, p. 7-33, mar.1991
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy L.Sanches (org). Geografia do Brasil. São Paulo:Edusp, 1998

PROGRAMA Vilas Rurais. Disponível na Internet via: www.pr.gov.br/vilasrurais . Arquivo capturado em 29 de janeiro de 2001

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, p.33-43, jan./abr.2000

VALIM, Ana. Migrações: da perda da terra à exclusão social. São Paulo: Atual, 1996

VILLANUEVA, Orion. Rolândia: terra de pioneiros. Londrina: IPE, 1974

The Governmental Performance and the Intern Migration Process: The Case of Vila Rural Da Paz – Rolândia (PR)

ABSTRACT

This work analyzed the intern migration process in Brazil, particularly in the State of Parana, as well as verified the Governmental performance, aiming the study of Vila Rural Da Paz located at Sao Martinho District – Rolândia PR. The Village's residents life course was also analyzed emphasizing the dislocations, agro-field industrialization and the Vilas Rurais Program role on the country workers' settlement at the City Council of Rolândia and its strategies for implantation. In that matter, readings and discussions related to the subject were carried out, as well as the fieldwork and analysis of the achieved results that involved the intern migrations, agriculture modernization and the State and Vilas Rurais Program performances. On the interviews with the residents of the analyzed Village, the life of these residents was verified, their dislocations, the Village's organization and producing, as well as the future expectation.

KEY-WORDS: Intern migration, governmental performance, vila rural.